Revista

INSTITUTO TELECOM

Ano 1 ■ Nº1 ■ setembro / outubro / novembro 2010

OS PRESIDENCIÁVEIS E AS TELECOMUNICAÇÕES

O que pensam (ou não) os principais candidatos sobre o futuro do setor.

Dilma Rousseff
José Serra
Marina Silva e
Plínio Arruda

índice

Editorial — *pág. 03*

Reportagem Especial — *pág. 04 - Os presidenciáveis e as telecomunicações no Brasil*

Reportagem Especial — *pág. 05 - Candidata - Dilma Rousseff*

Reportagem Especial — *pág. 06 - Candidato - José Serra*

Reportagem Especial — *pág. 07 - Candidatos - Marina Silva e Plínio Arruda*

Matéria 01 — *pág. 08 - Fórum Brasil Conectado*

Artigo 01 — *pág. 10 - Francis Bogossian*

Artigo 02 — *pág. 11 - João Brant*

Artigo 03 — *pág. 12 - Lucília Aguiar e Maria Cristina Rodrigues*

Matéria 02 — *pág. 14 - O Novo PGMU*

Revista do Instituto Telecom

expediente

Diretoria
Rosa Leal – Presidente
Virginia Berriel – Vice-presidente
Lúcia Rodrigues – Secretária
José Adolar dos Santos - Tesoureiro
Vânia Miguez – Vice-tesoureira

Conselho Fiscal
Edna Sacramento, Marcello Miranda,Valdeci Silva (efetivos), Edson Barreto, Delma Rodrigues, Sergio Gomes (suplentes)

Conselho Consultivo
Almir Munoz
Antonio Cruz
Gilberto Palmares
Jorge Bittar
Luis Antônio Silva
Marcos Dantas
Márcio Patusco
Marcos Telles

Edição: Rosa Leal
Reportagens: Luana Laux
Programação Visual – Robson Mendes
robsonmendesrj@gmail.com
21-7822 6431

A banda larga como fiel da balança

A poucos dias da eleição do novo presidente do Brasil, o debate sobre o futuro das telecomunicações e, particularmente, da expansão da banda larga, não é nem de longe o tema central da campanha de nenhum dos candidatos – de pequenos ou grandes partidos. Na verdade, um balanço dos programas de todos os presidenciáveis no horário eleitoral, apresenta um deserto de idéias e propostas sobre o assunto. Situação inversa ao que aconteceu na Austrália, cujo processo eleitoral se encerrou no dia 8 de setembro.

Sem que nenhum dos partidos tivesse obtido a maioria, a formação do novo Parlamento e a escolha do novo Primeiro Ministro australianos viveram um impasse de duas semanas e meia. Só foi resolvido quando o Partido Trabalhista, de situação, e o Partido Verde se uniram em torno de um compromisso: apoiar o projeto de 43 bilhões de dólares australianos da empresa NBN, de construção e operação da rede nacional de banda larga. A proposta do Partido Liberal, de centro-direita, era acabar com o projeto e destinar algum recurso para disponibilizar tecnologia DSL para mais pessoas.

Dos três representantes independentes, apenas um apoiou os liberais. Os outros dois, convencidos de que a banda larga é essencial para o futuro do país, apoiaram a coalisão dos trabalhistas e verdes.

No Brasil, infelizmente, a banda larga não servirá de fiel da balança. Até porque o debate, que se fortaleceu na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, está apenas começando.

O Instituto Telecom quer estimular e aprofundar esse debate. Buscou ouvir os principais candidatos na disputa eleitoral; representantes da sociedade no Forum Brasil Conectado; apresentou propostas ao III Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) posto à consulta pública pela Anatel; abriu espaço para que entidades da sociedade civil expusessem sua opinião sobre um novo marco regulatório das comunicações e a política industrial. E não se esqueceu de abordar a situação dos trabalhadores do setor.

O resultado desse esforço está nas páginas seguintes.
Boa leitura!

Rosa Leal, jornalista, presidente do Instituto Telecom.

Os presidenciáveis e as telecomunicações no Brasil

O que pensam (ou não) os principais candidatos sobre o futuro do setor.

O Brasil vive um momento determinante. O ano é de escolha do futuro presidente, ou presidenta, e a discussão da universalização do acesso à internet, que ganhou impulso no processo de organização e realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ocupa cada vez mais espaço. O lançamento do Plano Nacional de Banda Larga e a criação do Fórum Brasil Conectado são, sem dúvida, iniciativas que contribuem para efetivar algumas das importantes propostas aprovadas na 1ª Confecom.

O Instituto Telecom buscou aprofundar esse debate com os presidenciáveis, enviando aos principais candidatos na disputa – Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio – um grupo de perguntas (confira no boxe) sobre as propostas para o setor de telecomunicações e o futuro da banda larga. Infelizmente, os dois principais candidatos na disputa optaram por não se pronunciar. As assessorias de Dilma Rousseff e de José Serra apresentaram a mesma justificativa – a questão das telecomunicações, embora fundamental, ainda não está devidamente detalhada em seus programas de governo.

Para sanar essa lacuna, a Revista do Instituto Telecom pesquisou entrevistas concedidas pelos dois candidatos e declarações de seus representantes em encontros destinados a debater o futuro das telecomunicações brasileiras.

A posição de Dilma Rousseff é baseada, principalmente, na entrevista coletiva concedida por ela no dia 29 de agosto, em São Paulo; e na apresentação feita pelo coordenador do programa de governo da candidata, Alexandre Teixeira, no workshop organizado pela Momento Editorial, também em São Paulo, no dia 16 de setembro.

A única declaração encontrada de José Serra sobre as telecomunicações e a banda larga foi retirada do debate promovido pelo Portal UOL, no dia 18 de agosto. No mesmo workshop da Momento Editorial, o deputado federal Julio Semeghini, representando a candidatura Serra, fez considerações que são reproduzidas aqui.

Os depoimentos de Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio estão na íntegra.

Perguntas encaminhas aos candidatos

- Para o senhor (a) qual a importância da banda larga e do setor de telecomunicações para o país?
- Na sua proposta de governo, que programas existem para o setor de telecomunicações e para a promoção da universalização da banda larga no Brasil?
- Se eleito (a), no seu governo, que tipo de contribuição e ferramentas de participação o senhor (a) prevê para a sociedade nas decisões sobre os rumos da banda larga e das telecomunicações?
- Na sua opinião, em que regime o serviço de banda larga deve ser prestado, privado ou público?
- O senhor (a) acha que com o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga e a importância deste serviço para o desenvolvimento do setor de telecomunicações do país, a Lei Geral de Telecomunicações deve ser revista?
- O que o senhor (a) considera importante com relação aos serviços e conteúdos que devem ser disponibilizados para a população na rede e para que a inclusão digital ocorra de fato?

Candidata - *Dilma Rousseff* (PT)

Parceria com o Setor Privado.

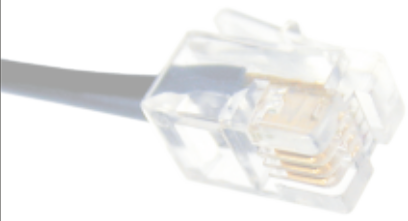
Em entrevista coletiva concedida no dia 29 de agosto, em São Paulo, Dilma Rousseff disse que a ampliação da banda larga, de 12,2 milhões para 40 milhões de brasileiros, e a redução dos custos de acesso estão entre as suas propostas de governo para o setor de telecomunicações. Garantiu que pretende levar a banda larga a todas as 27 capitais e a 4.283 municípios no período de 2011 a 2014. Segundo ela, isso será feito por meio da Telebras e usando as fibras óticas das empresas de eletricidade. Na ampliação do sistema devem ser gastos até 2014 cerca de R$ 3 bilhões, em parcerias com prestadores de serviço, lan houses, associações comunitárias. "Nosso objetivo é que o governo seja também impulsionador da concorrência, que leve a preços menores [da banda larga] no Brasil. (...) Vamos tornar disponível a rede básica de transmissão de dados, de voz e de imagens de grande extensão", disse. Reafirmando o que propõe o Programa Nacional de Banda Larga, que foi discutido enquanto Dilma ocupava a Casa Civil, a candidata do PT assegurou que no seu governo o acesso será oferecido a preços que variam entre R$ 15 e R$ 35 por, no mínimo, 512 quilobits por segundo (Kbps).

Dilma falou também sobre a importância do Programa Banda Larga nas Escolas. "Esse programa assegura aos estudantes e às escolas urbanas, o acesso à internet banda larga. Nós trocamos com as companhias telefônicas pelo serviço de telefonia, aquele antigo do orelhão e do serviço fixo, a obrigatoriedade do fornecimento de banda larga, para todas as escolas urbanas desse país, totalizando hoje em torno de 65 mil escolas". Outro serviço destacado por Dilma é o Gesac, o governo eletrônico e o serviço de atendimento ao cidadão, que funciona principalmente em áreas afastadas. Segundo Dilma, hoje já são mais de 11 mil pontos de internet banda larga nas escolas rurais.

No workshop da Momento Editorial, o coordenador do programa de governo da candidata, Alexandre Teixeira, disse que a previsão é atender com telefonia 8 milhões de moradores da zona rural, dentro do programa de desenvolvimento agrário e política agrícola. Teixeira defendeu a atualização do marco regulatório como forma de não atrasar o setor, cujo processo de inovação é muito acelerado.

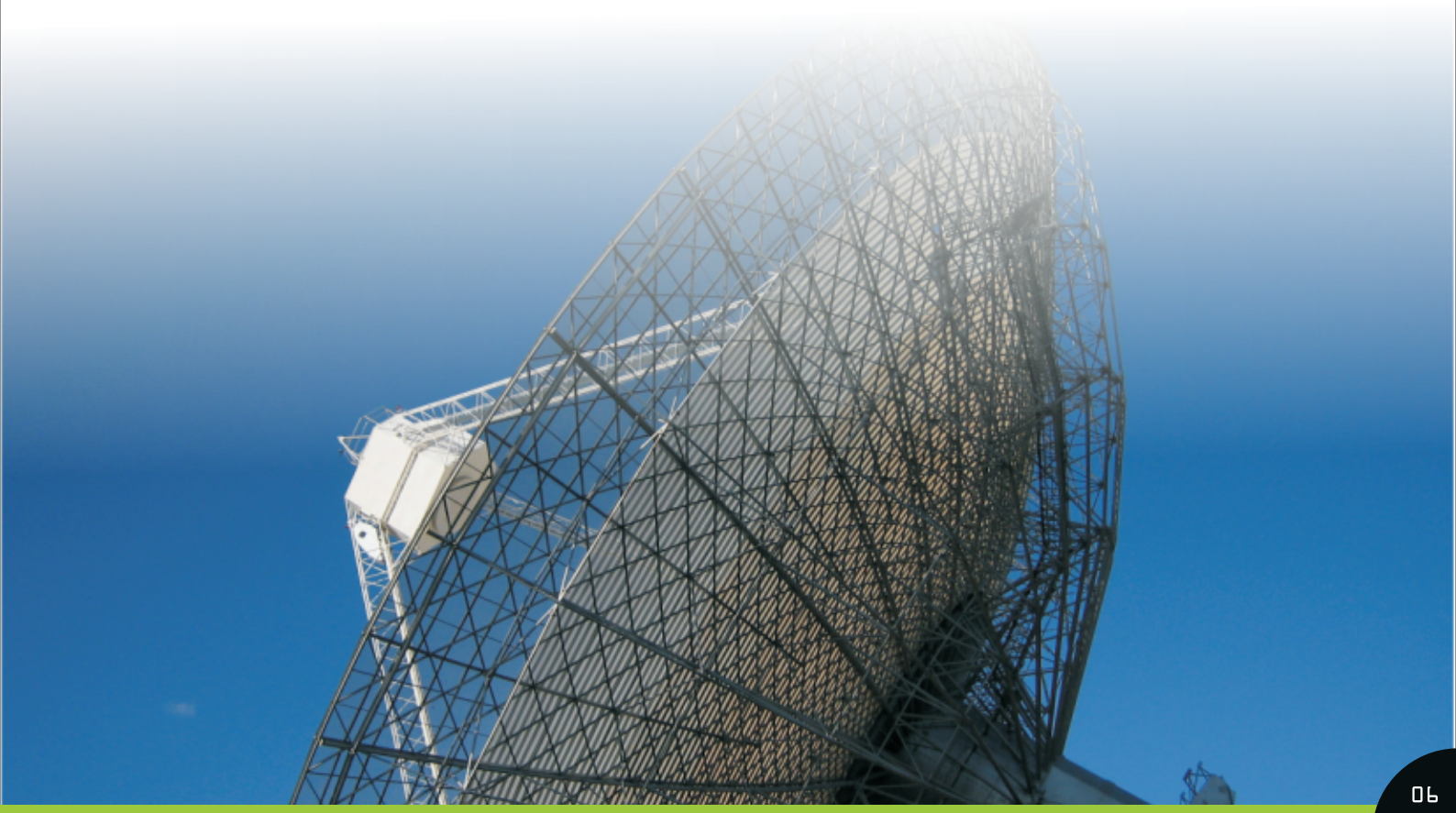
Candidato - *José Serra* (PSDB)

Banda Larga Popular.



No debate promovido pelo Portal UOL, no dia 18 de agosto, José Serra prometeu acelerar a banda larga no país e declarou ter um plano para isso, sem dizer qual seria ele. No workshop da Momento Editorial, o deputado Julio Semeghini defendeu a revisão do Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações), como forma de adequar a previsão orçamentária às necessidades de receita. "Não dá para arrecadar e não aplicar", disse o deputado.

Um dos projetos mais conhecidos de Serra para a banda larga foram os pacotes populares lançados em outubro de 2009, em São Paulo. O Programa Banda Larga Popular reduziu de 25% para zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de planos de banda larga com preço máximo de R$ 29,80 por mês. Os pacotes têm como meta uma velocidade mínima de 200 Kbps a 1Mbps.



Candidata - *Marina Silva* (PV)

Prioridade para a Amazônia.

"A infraestrutura de internet não deve ser vista apenas como um negócio, mas também como um processo associado a uma visão de inclusão digital e educação. Devemos fazer esse processo de forma transparente, com a participação da sociedade. O que o governo hoje propõe é uma coisa dissociada dessa visão estratégica, mais como uma expansão de negócio. Não é problema pensar no negócio, mas teremos resultados muito melhores com uma visão mais abrangente.

Quando estava no ministério, trabalhamos muito para que comunidades isoladas pudessem ter acesso à internet, pensando na educação. Até 2014, o governo quer atingir cerca de 68% dos brasileiros com a expansão da banda larga. Mas apenas um terço dos brasileiros tem computador. O crescimento do acesso à banda larga foi de 49%, entre 2002 e 2009, e nesse ritmo a gente vai chegar em 2014 ainda atrás do Chile, do México e igual à Argentina.

E isso tudo com uma velocidade muito baixa, que nem chega a 1 Mb. Com as novas tecnologias 3G, 4G, WiMax é possível sermos mais ousados e propor a universalização do acesso a banda larga a todos os municípios brasileiros até 2014.

Deve ser dada prioridade à Amazônia, especialmente os municípios mais isolados que serão os mais beneficiados com acesso à banda larga dada as distâncias dos grandes centros".

Candidato - *Plínio Arruda* (PSOL)

Reestatização do Setor.

"A importância do setor de telecomunicações para o Brasil é total, porque o sistema de telecomunicações é fundamental para o desenvolvimento do país, por isso inclusive sou totalmente contra a privatização do Sistema Telebrás realizada pelo Fernando Henrique e mantida pelo Lula.

A minha proposta para o setor é a reestatização, com planejamento que permita a universalização dos serviços a baixo custo e com qualidade, e a universalização da banda larga em regime público, usando as redes de fibras óticas das estatais brasileiras, sob gestão da Telebrás e sem parcerias público-privadas ou isenções de impostos para as empresas do setor. E a contribuição da sociedade para as decisões sobre a banda larga no meu governo será através da instituição do Conselho Nacional de Comunicação, com ampla representação da sociedade civil.

Na minha opinião a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) deve ser revista até porque temos que frear o avanço do capital estrangeiro no setor e retomar as empresas, especialmente a Embratel, que gerencia satélites.

A inclusão digital só vai acontecer com investimento estatal na educação. O PSOL defende a aplicação de 10% do PIB na educação e isso permitiria equipar as escolas, que são os locais de mais fácil acesso às comunidades, e formar os meninos e as famílias no uso da informática. Eu acredito que o Marco Civil Regulatório para a internet no país é muito importante. Porque uma legislação penal para a internet só serviria para criminalizar ainda mais os movimentos sociais."

Fórum Brasil Conectado

A participação da sociedade

Criado pelo governo com o objetivo de debater ações e, especialmente, contribuir com o Plano Nacional de Banda Larga, o Fórum Brasil Conectado é um grupo de discussão formado por representantes da sociedade civil, empresários e governo federal.

Nas duas reuniões ocorridas até meados de setembro, os participantes se debruçaram sobre temas como a regulamentação do compartilhamento de redes de dutos e fibras, o leilão de freqüências para atender áreas rurais, o estímulo às indústrias de telecomunicação, a solução dos problemas jurídicos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Mas o tema mais polêmico, sem dúvida, tem sido os critérios para que a Telebrás oferte acesso de banda larga para usuários finais.

Para saber qual é o verdadeiro espaço de participação da sociedade nas decisões do futuro da banda larga no Brasil, o Instituto Telecom conversou com representantes de diferentes setores, integrantes do Fórum, como Telmo Lustosa, do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital; e Rosane Bertotti, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apesar de procurado, o SindiTelebrasil, que representa as empresas de telecomunicações, preferiu não se manifestar. No entanto, ao final da última reunião realizada pelo Fórum, divulgou uma nota pública com sua posição sobre o PNBL, que veio se juntar a documento divulgado no final de agosto, a Carta de Guarujá, cujas principais propostas reproduzimos aqui.

Telmo Lustosa, representante do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital , como pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE):

"Nós estamos vivendo um momento de democracia muito importante. No final de 2009 tivemos a realização da Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), um evento de grande valor democrático com mais de duas mil pessoas representando todos os setores da sociedade, não só os órgãos do governo, mas setores empresariais e entidades da sociedade civil. A partir disso ocorreram desdobramentos importantes como a implantação do próprio Plano Nacional de Banda Larga; a criação de um Comitê Gestor dos Programas de Inclusão Digital (CGPID), que é quem toma as decisões políticas para a banda larga no país; e o Fórum Brasil Conectado, uma espécie de miniConfecom. Em primeiro lugar, a importância desse Fórum é promover esta abertura democrática que traz a sociedade para participar. E, em segundo lugar, o entendimento de que o programa da banda larga é uma questão estratégica para o Brasil. Nos primeiros encontros do Fórum a participação de todos os setores da sociedade está sendo total, com vários pontos de convergência e de divergência também. Muitas entidades que ficaram de fora - talvez porque não tenham se inscrito, ou porque não tenham sido nomeadas - estão fazendo falta, como o Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), a Fenainfo (Federação Nacional da Informática) e a Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações, por exemplo.

É importante dizer que o decreto criou o Plano Nacional de Banda Larga, mas não o definiu. Nós ainda estamos construindo o PNBL e as entidades integrantes do Fórum Brasil Conectado estão dentro desse processo. Quer dizer, o governo está ouvindo a opinião da sociedade para aproveitar as suas idéias. Apesar do Fórum não ser deliberativo, há este

Telmo Lustosa

Rosane Bertotti

compromisso de ouvir todos os setores e aproveitar principalmente o que for consenso."

Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT:

"A criação do Fórum é uma boa iniciativa do governo, por ampliar a discussão com vários atores envolvidos no processo da implantação do Plano Nacional de Banda Larga. Traz a participação de entidades da sociedade civil e de usuários, caso do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), do qual a CUT faz parte, que através do Fórum podem discutir e apresentar suas propostas. No nosso caso, essas propostas perpassam as questões sociais, fundamentalmente, com enfoque para o desenvolvimento com valorização do trabalho e do meio ambiente, democracia, distribuição de renda e inclusão social.

Temos a perspectiva de que nossas contribuições possam ser incluídas no PNBL, não só pelo olhar de nossas abordagens, mas pela qualidade do debate e a relevância das questões que levantamos."

SindiTelebrasil, representante das empresas de telecomunicações:

Ao final do 54º Painel Telebrasil, realizado em agosto, em São Paulo, o SindiTelebrasil divulgou a Carta do Guarujá na qual assume os seguintes compromissos:

1) É fundamental que haja disposição para contribuir, para construir, para somar, para crescer. O setor de telecomunicações está comprometido com o Brasil e com sua inserção soberana no mundo moderno e competitivo.

2) É fundamental o compromisso com a implementação das reformas estruturais de que o País necessita. Reconhecemos que reformas, como a Reforma Política e a Reforma Previdenciária, são fundamentais. Para o setor, as reformas Trabalhista e Tributária, além de fundamentais, são inadiáveis.

3) É fundamental o compromisso com a estabilidade do marco legal e regulatório. Ainda que tenhamos tido momentos de alguma apreensão e de decepção, é inegável que o ambiente de negócios no Brasil se constituiu em fator crítico para os êxitos obtidos. O Brasil se tornou, de forma geral, um país estável, previsível e, por consequência, confiável. É necessário preservar esse tipo de ambiente com a atualização do quadro regulatório de forma coerente com a dimensão e importância que o setor tem na economia e na sociedade brasileira de hoje. A convergência tecnológica, que trará mais modernização, deve se desenvolver nesse contexto.

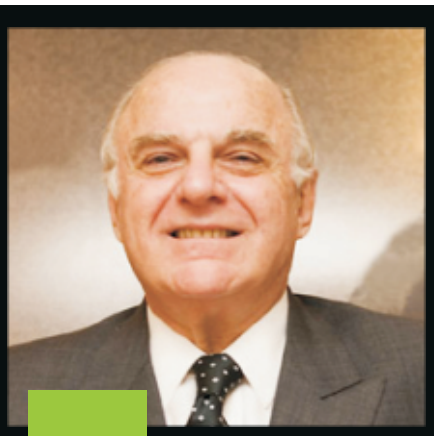
4) É fundamental o compromisso com um setor público profissional, com práticas transparentes e com reconhecimento e valorização do servidor público. Ministérios bem equipados e agências reguladoras fortes e independentes são a garantia de formulação de políticas públicas adequadas, bem como da sua correta implementação pelos investidores privados.

5) É fundamental o compromisso com a modernidade, com o incentivo ao investimento privado, a inovação e a competitividade. O Congresso Nacional deve ser o indutor e guardião desses compromissos. A convergência de redes e serviços, base da evolução do setor, não pode mais esperar. As leis e regulamentos que a transformarão em realidade têm de ter sua aprovação acelerada, fomentando os investimentos decorrentes e tornando palpáveis suas consequências.

6) É fundamental o compromisso com metas de crescimento agressivas. O setor desde já se compromete a contribuir para sua formulação e, mais importante, a alcançá-las. Essas metas se tornarão realidade com novas licenças, novas faixas de frequência, desoneração tributária na cadeia produtiva e na oferta de serviços, financiamento específico e adequado para o investimento em áreas de baixo IDH e, obviamente, a aplicação dos fundos setoriais legalmente constituídos para a oferta de serviços em regiões carentes ou de fronteira.

O Plano Nacional de Banda Larga e a Política Industrial

Francis Bogossian



Desde 1988, quando da privatização das empresas operadoras de telecomunicações no Brasil, a indústria nacional do setor vem sofrendo seguidos reveses, caracterizados pelo seu quase desmantelamento. O modelo adotado para o leilão das empresas estatais, à época, não se preocupou com o parque fabril instalado. O resultado pode ser traduzido nos seguidos déficits na balança comercial no setor, o que não ocorria anteriormente, quando apresentava saldos positivos significativos.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) vem, insistentemente, manifestando sua preocupação com relação à diminuição das encomendas nacionais e a falta de continuidade dos negócios. As diversas iniciativas de P&D foram desaceleradas e as poucas indústrias nacionais que resistem, vivem de contratos muito aquém de suas capacidades.

Neste cenário pouco animador, o governo apresentou o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) com uma mensagem de, novamente, dar um vislumbre favorável a produtos e desenvolvimentos genuinamente nacionais. Incentivos fiscais, associados a linhas de financiamento e a um tratamento preferencial, vêm dando um novo alento às nossas empresas. O Clube de Engenharia, desde o primeiro momento, apoiou o PNBL, entendendo-o como uma oportunidade de retomada da engenharia nacional no setor.

Neste sentido, vemos com satisfação movimentos de grupos nacionais que já se mobilizam para a efetiva participação nas ampliações demandadas pelo PNBL. É o caso do Consórcio Gente (Grupo de Empresas Nacionais de Tecnologia), composto por algumas empresas nacionais do setor, que associadas ao CPqD (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento) pretendem participar das licitações da Telebrás.

No entanto, a par das iniciativas já anunciadas, entendemos que outras ações são necessárias para dar uma perspectiva de longo prazo às mudanças pretendidas e uma formulação de política industrial, que atualmente inexiste na área, tais como:

- Estabelecer que as empresas Operadoras desenvolvam, no país, programas de investimento em P&D.
- Estimular a atuação de instituições científicas e tecnológicas no país.
- Divulgar e dar transparência a programas e projetos de ciência e tecnologia no setor.
- Estimular as Universidades a adequarem os currículos dos cursos de Engenharia de Telecomunicações à necessidade do mercado.
- Contratação pelo governo de projetos de TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) para áreas de saúde, educação, segurança, previdência, etc., de modo a garantir encomendas e dar continuidade aos programas de P&D.
- Usar os recursos do Fust e do Funttel de acordo com as finalidades previstas em seus estatutos.
- Estabelecer um processo integrado com outros ministérios (Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Educação, Comunicações), de modo a que se possa avaliar, constantemente, medidas necessárias para manter o crescimento do setor.
- Criar incentivos para estimular a maior integração entre a área acadêmica, a indústria de equipamentos e as empresas Operadoras, como forma de possibilitar o desenvolvimento de novos produtos genuinamente brasileiros.
- Estabelecer processo sistemático de discussão dos assuntos relacionados ao desenvolvimento tecnológico do país.

Dessa maneira, entendemos que a instituição do PNBL, tal como formulado, secundado por ações na linha de definição de políticas industriais de longo prazo, podem representar um resgate da engenharia nacional, e oportunidades para as empresas e para o profissional da área. O Clube de Engenharia apóia esta iniciativa, por se alinhar exatamente com um dos objetivos fundamentais de luta de nossa instituição, e por oferecer ao país uma ferramenta de melhoria da vida de seus cidadãos.

Francis Bogossian - Presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Momento de mudanças nas comunicações. Há esperança?

João Brant

Pelo bem ou pelo mal, o Brasil vive um momento propício para pensar a transformação completa do marco regulatório que regula as comunicações no país. Pelo bem porque realizou em 2009 um intenso processo de debates, no bojo da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que resultou em mais de 600 propostas para os diferentes setores (radiodifusão, telecomunicações, internet etc.) entendidos paulatinamente como um só setor convergente. Pelo bem, também, porque em reação a um projeto de lei que optava pela vigilância e controle dos passos na internet como instrumento de combate aos cybercrimes, o Ministério da Justiça iniciou o debate sobre um marco civil para a internet no Brasil, estabelecendo claramente direitos e deveres dos usuários e dos provedores. E pelo bem, ainda, porque o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) anunciado pelo Governo Federal reestrutura a Telebrás para operar direta e indiretamente de modo a ampliar significativamente o acesso à banda larga no Brasil.

Pelo mal, contudo, se for observado que grande parte do debate se move considerando apenas os interesses econômicos diretos, sem observar o caráter de interesse público intrínseco a qualquer debate sobre as comunicações. No caso das movimentações em relação às modificações no marco regulatório das telecomunicações, essa foi a tendência no debate da fusão Oi – Brasil Telecom, nas aberturas tácitas ao capital estrangeiro em limites maiores que os previstos em lei e na discussão do Projeto de Lei 29, que em seu início esteve mais fortemente embasado em referências do interesse público, mas as foi perdendo à medida que tramitava em seu longo périplo na Câmara dos Deputados. Pelo mal, também, se observarmos o tom que tentam impor ao debate as principais associações empresariais, Abert e ANJ, que enxergam (ou dizem enxergar) ameaça de censura em qualquer proposta de regulação democrática do setor.

Às vésperas das eleições, o Governo Federal se reúne em um Grupo de Trabalho Interministerial para preparar uma proposta de mudança no marco regulatório das comunicações, o projeto do marco civil da Internet deve ser enviado logo ao Congresso, o PNBL define seus primeiros movimentos e o PL 29 deve ser apreciado no Senado. E o que se pode esperar deste momento?

É consenso que a legislação brasileira da área das comunicações está desatualizada, mas isso não significa que a modernização tenha só um caminho. A revisão do marco regulatório não pode ser resumida a um arranjo de mercado que defina quem vai lucrar com o quê. Ela tem de servir para corrigir um modelo excessivamente comercial, oligopolizado, internacionalizado e excludente.

Acreditamos que as resoluções da 1ª Conferência Nacional de Comunicação devem ser a base do trabalho do grupo interministerial criado para rever o marco regulatório das comunicações. A nova legislação deve estabelecer a comunicação como um direito humano e assegurar que todos os serviços de interesse coletivo – da televisão e do rádio ao acesso à Internet em alta velocidade – sejam considerados públicos e, portanto, sob responsabilidade do Estado.

Por fim, esse arcabouço normativo precisa garantir a robustez do sistema público e dos meios comunitários, promover a pluralidade e diversidade na mídia, fomentar o acesso às tecnologias da informação – com vistas à sua efetiva universalização, e não apenas massificação –, estimular a circulação livre do conhecimento e ser baseada em um modelo de gestão radicalmente democrático e participativo.

Parece muito, mas é apenas a consolidação de princípios democráticos em um setor marcadamente organizado apenas a partir de interesses econômicos privados. Será esperar demais?

João Brant - Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

O trabalho e seus vários sentidos.

Lucília Aguiar e Maria Cristina Rodrigues

Lucília Aguiar

"O cara não trabalha com amor, não trabalha feliz. E chega no trabalho já preocupado se no dia seguinte vai estar empregado, então, ele não desenvolve bem. Quem é que consegue trabalhar com a cabeça cheia de problemas – mas não de casa -, problema dentro da empresa? Ninguém".

O relato acima, de um trabalhador terceirizado do setor de telecomunicações, nos ajuda a compreender como o trabalho, na contemporaneidade, reafirma e radicaliza o seu caráter estranhado, identificado por Marx, já no séc. XIX.

Tal estranhamento tem na precarização e fragmentação do trabalho a sua expressão mais pungente, advinda da Reestruturação Produtiva, iniciada na década de 1980 e que, nas Telecomunicações brasileiras se aprofundaram com a privatização, em 1998 e acarretaram uma transformação geral dos modos de ser e trabalhar daquele segmento.

Durante os três anos de contato com cerca de 600 trabalhadores da Rede, envolvidos no programa de elevação de escolaridade desenvolvido pelo SINTTEL/Rio, de 2004 a 2007, o trabalho teve centralidade nos debates e possibilitou algumas das reflexões que ora apresentamos.

De que forma a precarização e a fragmentação têm afetado o modo de ser e viver deste segmento de trabalhadores em telecomunicações? Como eles têm construído, neste quadro, as relações com o trabalho em si e com os seus companheiros? Há formas de resistência ou o que resta é apenas uma acomodação à nova ordem produtiva?

Se no espaço do trabalho em si, tal precarização pode ser identificada com as marcas deixadas no corpo, especialmente as dores de cabeça – estas, muito mais pelo controle do que pelo esforço físico da atividade – no entanto, a mesma não se restringe ao espaço de trabalho. Ao contrário, ganha contornos cada vez maiores, fragmentando também a relação entre os trabalhadores, que têm esgarçados os seus laços de identidade, alcançando ainda relações essenciais como a família, os vizinhos, os amigos.

E tanto no trabalho, quanto nos demais espaços da vida o controle do tempo se dá de forma cada vez mais externa. Uma imagem que expressa essa lógica aparece quando um trabalhador desenha um relógio ocupando toda a sua cabeça. Um tempo, fora dele, que, no entanto, dirige e organiza todas as suas ações, desde aquelas mais íntimas e prazerosas.

O individualismo, a busca por saídas imediatas assumem, de fato, certa centralidade nas relações sociais, inclusive aquelas vividas pela classe trabalhadora. No entanto, percebemos também uma disposição, ainda que difusa, para pensar e agir coletivamente.

A carta escrita por outro trabalhador, numa Oficina, aponta para tal potencialidade:

Para minha amada Ray,

Após assistir uma mostra sobre um trabalhador que no decorrer do seu tempo de

trabalho contraiu uma doença, fiquei pensando no meu tipo de trabalho, que é muito estressante e cansativo.

"À noite, chego sempre cansado e não consigo ter um momento de carinho, diálogo... sei que isso faz muita falta para você.

Às vezes, quero falar sobre meu trabalho com você, mas acabo não comentando nada para não me lembrar do dia desgastante, sem falar das dores que sinto nas costas, pés e ombros.

Não te esqueço um só minuto. Te amo,

L. C."

O que afirmamos, a partir dessas experiências, é que, se por um lado podemos perceber a força da desmedida do capital (Linhart, 2007), expressa na relação autoritária e na intensificação dos ritmos de trabalho, na instabilidade do emprego, por outro, não há uma conformação absoluta a esse novo e complexo mundo do trabalho, por parte daqueles que dele vivem.

Seus depoimentos revelam a possibilidade de construção de uma rede de solidariedade e resistência entre os trabalhadores, ainda que num cenário adverso. Mais uma vez, a carta de um deles para um colega pode ser apontada como a identificação que nasce do reconhecimento de que partilham da mesma condição e realidade:

Maria Cristina Rodrigues

"Caro companheiro,

(...) A empresa não nos dá o valor que merecemos, mas nem por isso vamos desanimar. O nosso trabalho é para o nosso sustento e da nossa família. Não é desanimando que vamos consertar o que está errado. Vamos lutar juntos. Vamos tentar melhorar juntos, vamos ao sindicato, à Justiça se for preciso, mas não desanime (...)."

Também percebemos uma não conformação, por parte do sindicato, quando envida esforços no sentido de representar tal segmento (numa luta jurídica com as empresas, que insistiam em "negociar" com os sindicatos da construção civil) e quando luta pela efetivação da Convenção Coletiva com o sindicato patronal, na perspectiva de estabelecer um padrão único na defesa dos direitos desses trabalhadores.

Além disso, a mudança nas práticas diárias de mobilização e comunicação com a categoria, incorporando definitivamente as novas tecnologias de informação, combinadas com as práticas tradicionais - do tipo atos, paralisações, assembléias nas portas das empresas – também tem significado um novo momento nesse árduo processo de representação, que insistimos em afirmar que permanece vivo. E assim será, enquanto também permanecerem a desigualdade e a exploração.

O presente texto resulta de uma compilação da pesquisa realizada para a publicação VIVENDO E APRENDENDO: Trabalho e Educação como Direito (2008), organizada pelas autoras.

Lucília é educadora da Rede Pública Estadual; Maria Cristina é professora da UFF e ambas são assessoras do Sinttel/Rio.

O Novo PGMU

Consulta pública, escassas contribuições da sociedade.

Durante 20 dias, a Anatel disponibilizou para consulta pública, em seu site na internet, o novo Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU). A Consulta Pública é uma obrigação contida na Lei Geral de Telecomunicações como um instrumento capaz de colher contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral, sobre as políticas públicas de telecomunicações. Mas, a proposta de debate coletivo tem ficado na teoria. Pelo menos a se julgar pelo balanço final de escassas contribuições da sociedade. As operadoras, que regra geral são as que mais apresentam propostas nas consultas, haviam pedido o adiamento do prazo por 60 dias para contabilizar os custos do novo Plano.

Surge aí a grande questão: como a sociedade pode contribuir com aquilo que não entende?
O PGMU III, chamado pelo presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, de PGMU Cidadão, é parte integrante e fundamental dos contratos de concessão que vão vigir de janeiro de 2011 até o final de 2015. E assim como a maior parte das consultas, é de interesse público e deveria ser tratado pela grande mídia e pela própria Anatel, como tal. Não foi.

Chega a ser contraditória uma consulta pública que trata de um plano de expansão de acesso à telefonia fixa que se limita a acontecer na internet. Justamente num país em que a banda larga não chegou a todos e por isso um Plano Nacional de Banda Larga está sendo discutido.

As Consultas Públicas têm que partir para a esfera coletiva. Serem construídas como as conferências setoriais (Saúde, Meio Ambiente, Comunicação), com a formação de grupos de trabalho de diferentes classes e setores sociais, capazes de juntos proporem a base para a construção das políticas públicas.

Depois de 30 anos de ditadura militar, o Brasil pode ter orgulho de viver uma democracia. No entanto, refletir sobre o sistema de consultas públicas e criar novos instrumentos de participação são fatores essenciais para decidir o seu futuro. Faz parte do processo de amadurecimento de uma nação lutar pelo seu direito ao acesso à inovação, conhecimento, serviços, desenvolvimento econômico e redução das desigualdades sociais.

No mais, que venha de fato um PGMU Cidadão.

As propostas do Instituto Telecom

O Instituto Telecom apresentou, e viu aprovada na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, proposta de que o PGMU III fosse entendido como um instrumento essencial de universalização da voz e da banda larga.

Nesta nova consulta pública, há propostas importantes como a ampliação das metas do backhaul e o chamado Acesso Individual de Classe Especial (Aice). Mas isso não traz tranquilidade quanto ao real alcance dos objetivos do III PGMU.

O Aice, por exemplo, é apresentado como "aquele ofertado exclusivamente a assinante de baixa renda", beneficiário do programa Bolsa Família. Só que o Aice não é uma proposta nova. Já estava no PGMU II e, mais uma vez, a Anatel empurra a discussão sobre as tarifas, metas de qualidade e tratamento das chamadas para uma regulamentação futura.

Outra polêmica se refere ao número de telefones públicos, que é reduzido na consulta atual. Embora publicamente não fale em redução e, sim, em adequação, a Anatel prefere ignorar a necessidade do serviço para a população. Se hoje as concessionárias já dificultam a instalação dos TUPs, com a redução a rede de telefonia pública pode se tornar completamente sucateada.

Por isso, o Instituto Telecom encaminhou quatro contribuições ao texto do novo PGMU:

Artigo 8º - manter a densidade de 6 telefones públicos por 1.000 habitantes, como está no PGMU II. O novo texto quer reduzir essa densidade para 4,5/1000 habitantes, o que pode ter como consequência o sucateamento da rede de telefonia pública.

Artigo 14, §1 - manter o prazo máximo de 12 meses, a partir da data de solicitação, para a instalação de telefones públicos em comunidades quilombolas, aldeias indígenas, assentamentos rurais, populações extrativistas, organizações militares, postos da Polícia Rodoviária Federal e aeródromos públicos. O novo PGMU aumenta esse prazo para 24 meses.

Artigo 22 - determina que as concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) atendam prioritariamente às solicitações de capacidade de backhaul para implementação de políticas públicas. O novo texto não assegura essa prioridade. O Instituto Telecom defende que a Telebrás, peça chave no Plano Nacional de Banda Larga, tenha acesso prioritário aos backhaul das operadoras.

Artigo 28 - determina que os bens decorrentes de infraestrutura e equipamentos de comutação e transmissão do backhaul implantado para a universalização do acesso sejam aqueles a que se refere o controle de bens reversíveis aprovado pela Resolução 447, de 19/10/2006. O novo texto retira a referência à Resolução.